

Sexualidade e Relação de Gênero

2

Denise Pereira
(Organizadora)



 **Atena**
Editora

Ano 2019

Denise Pereira
(Organizadora)

Sexualidade e Relações de Gênero 2

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Lorena Prestes

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

S518 Sexualidade e relações de gênero 2 [recurso eletrônico] /
Organizadora Denise Pereira. – Ponta Grossa (PR): Atena
Editora, 2019. – (Sexualidade e Relações de Gênero; v. 2)

Formato: PDF

Requisito de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-049-0

DOI 10.22533/at.ed.490191601

1. Identidade de gênero. 2. Sexualidade. I. Pereira, Denise.
II. Título. III. Série.

CDD 306.7

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

DOI O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Cada vez mais a academia está avançando em pesquisas sobre Sexualidade e Relação de Gênero. No século XXI, a sexualidade é compreendida como algo fluído, que muda ao longo de toda uma vida, é pessoal/individual, cada um com a sua, não há certo ou errado, havendo possibilidades e é paradoxal, ou seja, é sempre diferente da sexualidade dos outros, sendo o traço mais íntimo do ser humano, manifestando-se diferentemente em cada indivíduo, de acordo com as novas realidades e as experiências vividas culturalmente.

E a relação de gênero refere-se às afinidades sociais de poder entre homens e mulheres, em que cada um tem seu papel social que é determinado pelas diferenças sexuais. Que segundo Scott, devemos compreender que “gênero” torna-se, antes, uma maneira de indicar “construções culturais” - a criação inteiramente social de ideias sobre papéis adequados aos homens e às mulheres.

O conceito de gênero que enfatizamos neste livro está ligado diretamente à história do movimento feminista contemporâneo, um movimento social organizado, usualmente remetido ao século XIX e que propõe a igualdade nas relações entre mulheres e homens através da mudança de valores, de atitudes e comportamentos humanos.

Neste livro são apresentadas várias abordagens sobre “Sexualidade e Relação de Gênero”, tais como: discussões de conceitos; modo de vida, violência, direitos, Lei Maria da Penha, homoparentalidade, emancipação feminina, transexuais, homossexuais, sexualidade infantil, sexualidade masculina, mulheres no cinema e no futebol, entre diversos outros assuntos.

Boa leitura
Denise Pereira

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| CAPÍTULO 1 | 8 |
| SEXUALIDADES E GÊNEROS NA ESCOLA: DE QUAIS SENTIDOS SE APROPRIA A PRÁTICA PEDAGÓGICA? | |
| Denise da Silva Braga | |
| DOI 10.22533/at.ed.4901916011 | |
| CAPÍTULO 2 | 18 |
| TORPEDO: UM MODELO DE RESISTÊNCIA LÉSBICA NA ESCOLA | |
| Maria da Conceição Carvalho Dantas | |
| Denise Bastos de Araújo | |
| DOI 10.22533/at.ed.4901916012 | |
| CAPÍTULO 3 | 27 |
| PERCEPÇÕES DE GRADUANDAS DE ENFERMAGEM SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER SOFRIDA NO AMBIENTE UNIVERSITÁRIO | |
| Michelle Araújo Moreira | |
| Tháís Borges Gally | |
| DOI 10.22533/at.ed.4901916013 | |
| CAPÍTULO 4 | 43 |
| INCURSÕES E INTERDITOS SOBRE AS SEXUALIDADES, IDENTIDADES E AS QUESTÕES DE GÊNERO NO ÂMBITO DA FAMÍLIA E DA ESCOLA | |
| Karine Nascimento Silva | |
| DOI 10.22533/at.ed.4901916014 | |
| CAPÍTULO 5 | 58 |
| HOMOPARENTALIDADE: O QUE A ESCOLA TEM DITO? | |
| André Luiz dos Santos Barbosa | |
| Rejane Cristina Lages Rocha. | |
| DOI 10.22533/at.ed.4901916015 | |
| CAPÍTULO 6 | 73 |
| CULTURA UNIVERSITÁRIA E FORMAÇÃO DOCENTE: SITUANDO AS TEMÁTICAS DE GÊNERO E SEXUALIDADE NO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE | |
| Luciano Rodrigues dos Santos | |
| DOI 10.22533/at.ed.4901916016 | |
| CAPÍTULO 7 | 89 |
| ASSESSORIA TERRITORIAL DE GÊNERO: ENCONTROS TERRITORIAIS E ESTADUAL DE MULHERES RURAIS DOS COLEGIADOS DE PERNAMBUCO | |
| Gáudia Maria Costa Leite Pereira | |
| Xenusa Pereira Nunes | |
| Victor Pereira de Oliveira | |
| DOI 10.22533/at.ed.4901916017 | |
| CAPÍTULO 8 | 99 |
| A ESCOLA COMO EXPRESSÃO DA DIVERSIDADE: OBSERVANDO FRONTEIRAS ENTRE GÊNEROS, IDENTIDADES E ALTERIDADES. | |
| Pollyanna Rezende Campos | |
| Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti | |

| | |
|--|------------|
| CAPÍTULO 9 | 107 |
| A SOLIDÃO DOS/AS DOCENTES HOMOSSEXUAIS: NARRATIVA E REFLEXÃO SOBRE O/A PROFESSOR/A HOMOSSEXUAL | |
| Isabella Marques de Oliveira; Denise Maria Botelho; Agilcélia Carvalho dos Santos. | |
| DOI 10.22533/at.ed.4901916019 | |
| CAPÍTULO 10 | 116 |
| A SEXUALIDADE MASCULINA SOB A ÓTICA DAS ESCRITAS LATRINÁRIAS. | |
| José Edson da Silva | |
| DOI 10.22533/at.ed.49019160110 | |
| CAPÍTULO 11 | 125 |
| CONSTRUÇÃO DO CORPO MASCULINO: RELAÇÕES COM AÇÕES DE PROMOÇÃO DA SAÚDE E PREVENÇÃO DE DOENÇAS | |
| Daniele Machado Pereira Rocha Maria Thereza Ávila Dantas Coelho | |
| DOI 10.22533/at.ed.49019160111 | |
| CAPÍTULO 12 | 133 |
| IDENTIDADE E IMAGENS DA MARCA RIO: UM ESTUDO SOBRE A INSERÇÃO DO “GAY FRIENDLY” NA IDENTIDADE DA MARCA RIO E SUA CONCRETIZAÇÃO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS. | |
| Patrícia Cerqueira Reis | |
| DOI 10.22533/at.ed.49019160112 | |
| CAPÍTULO 13 | 142 |
| O MODO DE VIDA GAY COMO ESTETIZAÇÃO DA EXISTÊNCIA | |
| José Nilton Conserva de Arruda Marianne Sousa Barbosa | |
| DOI 10.22533/at.ed.49019160113 | |
| CAPÍTULO 14 | 155 |
| TRAJETÓRIAS DE GAYS NEGROS NA ESCOLA DA ZONA RURAL: PERSPECTIVAS INTERSECCIONAIS | |
| Marcos Andrade Alves dos Santos José Kasio Barbosa da Silva Renata Queiroz Maranhão Antônio Jefferson Teixeira Sousa Juliana Brito Cavalcante Assencio Daniele Gruska Benevides Prata | |
| DOI 10.22533/at.ed.49019160114 | |
| CAPÍTULO 15 | 169 |
| UM ESPELHO CONTRA ESPELHO: A DISPOSIÇÃO INATA DA NATURA | |
| Jobson Rios dos Santos | |
| DOI 10.22533/at.ed.49019160115 | |

| | |
|---|------------|
| CAPÍTULO 16 | 177 |
| REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE MULHERES MASTECTOMIZADAS SOBRE SEXUALIDADE | |
| Michelle Araújo Moreira Ana Beatriz Santana de Araújo | |
| DOI 10.22533/at.ed.49019160116 | |
| CAPÍTULO 17 | 189 |
| PERCEPÇÃO DA GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA PARA OS JOVENS: REVISÃO SISTEMÁTICA | |
| Paula Orchiucci Miura Estefane Firmino de Oliveira Lima Maria Marques Marinho Peronico Pedrosa Ellen Borges Tenorio Galdino Kedma Augusto Martiniano Santos | |
| DOI 10.22533/at.ed.49019160117 | |
| CAPÍTULO 18 | 203 |
| LIDERANÇAS FEMININAS RURAIS: CONHECIMENTO E ACESSO A POLÍTICAS PÚBLICAS NO TERRITÓRIO DO AGRESTE MERIDIONAL DE PERNAMBUCO | |
| Gáudia Maria Costa Leite Pereira Xenusa Pereira Nunes Victor Pereira de Oliveira | |
| DOI 10.22533/at.ed.49019160118 | |
| CAPÍTULO 19 | 212 |
| MULHERES CINEASTAS, FEMINISMO NEGRO E OS MOVIMENTOS SOCIAIS CONTEMPORÂNEOS: EXPERIÊNCIAS NA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA | |
| Lucas Leal | |
| DOI 10.22533/at.ed.49019160119 | |
| CAPÍTULO 20 | 230 |
| “VESTIDO NUEVO” – REFLETINDO SOBRE SEXUALIDADE E GÊNERO A PARTIR DE UM CURTA METRAGEM | |
| Sílvia Rita Magalhães de Olinda Tereza Cristina Pereira Carvalho Fagundes | |
| DOI 10.22533/at.ed.49019160120 | |
| CAPÍTULO 21 | 240 |
| ESCANTEIO: MULHERES QUE TROCAM O ROSA CULTURAL PELO PRETO DA TRADIÇÃO - O CAMPO DA ARBITRAGEM EM FUTEBOL | |
| Ineildes Calheiro Eduardo David Oliveira | |
| DOI 10.22533/at.ed.49019160121 | |
| CAPÍTULO 22 | 256 |
| ESTRUTURA DA REPRESENTAÇÃO DA(S) TRANSEXUALIDADE(S) POR MULHERES (TRANSEXUAIS) | |
| Carle Porcino Jeane Freitas de Oliveira Maria Thereza Ávila Dantas Coelho Dejeane de Oliveira Silva Cleuma Sueli Santos Suto | |
| DOI 10.22533/at.ed.49019160122 | |

| | |
|--|------------|
| CAPÍTULO 23 | 266 |
| UMA APRECIÇÃO DO COMPORTAMENTO DE CONSUMO METROSSEXUAL EM SETORES DA ECONOMIA CRIATIVA | |
| Daniel Kamlot | |
| DOI 10.22533/at.ed.49019160123 | |
| CAPÍTULO 24 | 277 |
| FAZER-SE RAINHA MIRIM NUMA FESTA DE CAMINHONEIROS: SOBRE (DES)PRATICAR NORMAS DE GÊNERO NUM CONCURSO DE BELEZA | |
| Marcos Ribeiro de Melo | |
| Michele de Freitas Faria de Vasconcelos | |
| DOI 10.22533/at.ed.49019160124 | |
| CAPÍTULO 25 | 289 |
| GÊNERO E SEXUALIDADES: INVESTIGANDO A CONCEPÇÃO DE PSICÓLOGAS(OS) | |
| Rayane Ribas Martuchi | |
| Ticiane Paiva de Vasconcelos | |
| DOI 10.22533/at.ed.49019160125 | |
| CAPÍTULO 26 | 302 |
| REFLEXÕES ACERCA DO ENSINO DE GÊNERO NA PSICOLOGIA: UM CAMINHO A SE PERCORRER NA GRADUAÇÃO? | |
| Lara Araújo Roseira Cannone | |
| Raissa Lé Vilasboas Alves | |
| DOI 10.22533/at.ed.49019160126 | |
| SOBRE A ORGANIZADORA | 310 |

A SOLIDÃO DOS/AS DOCENTES HOMOSSEXUAIS: NARRATIVA E REFLEXÃO SOBRE O/A PROFESSOR/A HOMOSSEXUAL

**Isabella Marques de Oliveira;
Denise Maria Botelho;
Agilcélia Carvalho dos Santos.**

RESUMO: O Movimento LGBT esperou bastante tempo para se consolidar. Apenas no final da década de 70, com a Revolta de *Stonewall*, e início dos anos 80, grupos se articularam pela luta de direitos civis dos/as homossexuais. Contudo, embora os avanços alcançados ao longo do tempo, a homossexualidade sofre com preconceitos cristalizados. É nesse sentido, que o presente artigo tem como objetivo discutir os desafios e obstáculos enfrentados pelo/a professor/a homossexual na comunidade escolar, em decorrência de sua orientação sexual. Trata-se de um estudo de caso, feito no modelo descritivo-narrativo, com ênfase nas dificuldades vividas pela professora, aqui cognominada de Célia, diante da revelação de sua orientação sexual por uma colega de trabalho, que não aceitava dividir, com alguém que fugisse à heteronormatividade, a disciplina de História, em uma instituição de ensino do Recife.

PALAVRAS-CHAVE: Educação; Direitos Humanos; Homofobia; Sexualidade.

INTRODUÇÃO

Vivemos na época da informação; talvez nunca tenha sido tão fácil adquirir conhecimento e construir saberes como agora. A revolução tecnológica é responsável, em parte, por essa democratização. O acesso ao conhecimento desfez e desfaz estruturas de poder, ao mesmo tempo em que conclama novas rupturas de paradigmas.

Dessa forma, é importante ressaltar que nos últimos trinta anos, os/as pesquisadores/as educacionais têm se preocupado em teorizar a dinâmica estrutural e as desigualdades geradas na escola, resultantes das relações entre educação, reprodução cultural e regulação social. Assim sendo, sob a tutela do Feminismo, da Teoria Queer, Marxismo, Estruturalismo e Pós-Estruturalismo, mais especificamente no que diz respeito a gênero, orientação e sexualidade, o/a estudante, em sua maioria, vem sendo o foco de pesquisas que buscam atenuar o impacto efetivo das discrepâncias sócio-políticas geradas na vida dos/das jovens. No entanto, é possível perceber, através desses estudos, que o/a professor/a é, quase sempre, retratado/a como uma figura despótica, reprodutor/a de violência e preconceitos, tutor/a dos interesses hegemônicos.

Vivemos também, na era dos direitos, e é sobre a articulação dos saberes e da preservação e conquistas desses, que se coloca a figura do/a professor/a. Isso posto, é importante salientar que mesmo diante das inúmeras facilidades em se adquirir conhecimentos, o/a docente continua como figura fundamental nesse processo e é igualmente fundante a sua responsabilidade na promoção, luta e manutenção dos direitos adquiridos, porque ele/a, como referência que é na vida da comunidade educacional em que se insere, é muitas vezes, o porta-voz das opressões sociais manifestadas nesse corpo coletivo, chamado sala de aula, uma vez que a sociedade, de maneira geral, acaba se colocando em torno de quem, especialmente, produz saber.

Inicialmente, é importante ressaltar que o/a professor/a, sendo reflexo da sociedade na qual está inserida, não segue ileso aos preconceitos, aos estereótipos e às exigências sociais. Basta lembrar que já no século XX, a contratação de um professor, sobretudo, de uma professora, exigia um comportamento moral irrepreensível para o magistério primário, por exemplo. Nesse sentido, uma série de proibições eram feitas, que iam desde anulação de um acordo empregatício, caso a docente casasse, até a uma espécie de “toque de recolhimento” (em muitos casos, era preciso estar em casa antes das 20h ou não sair da cidade sem que houvesse a permissão do Conselho de Administração). Embora, com o passar do tempo, essas exigências tenham sido abolidas, muitas outras foram criadas.

Além disso, é importante lembrar que, no Brasil, a primeira instituição educacional foi fundada pelos Jesuítas. Consequentemente, os sólidos conceitos da moral, resultantes de valores cristãos, acabaram se estratificando na educação. O resultado de tal façanha é que, por muito tempo, se não até hoje, guardada as devidas proporções, o modelo do professor aproxima-se ao do padre (austero, firme, autoritário), enquanto que a professora conserva características maternais (amável, carinhosa, sacrossanta). Segundo Antônio Nóvoa (1991), mais tarde, o docente será capitaneado pelas rigorosas diretrizes estatais. Dessa forma, a relação conflituosa entre valores cristãos e sexualidade respingará na educação, de modo que surge a ideia de que os/as professores/as devam se submeter a uma disciplina rígida, tomando para si o papel de “mestre/a exemplar”, o que na sociedade contemporânea nada mais é do que uma releitura do sacerdócio, em que são convidados/as, educadores e educadoras, a uma vida de doação e entrega, como ressalta Louro (1997).

Vale salientar, também, que com a feminização da docência, no Brasil, evento que ocorre por volta do século XIX, as exigências estatais passaram a ser muito maiores com relação ao sexo feminino. Ademais, a ocorrência desse fenômeno, na educação, colaborou com a reprodução de estereótipos binários, através dos quais, criam-se inúmeros arquétipos de homens e mulheres bastante nocivos à equidade de gêneros, visto que as funções femininas, na sociedade, são sempre inferiorizadas (VIANNA, 2002).

Nessa perspectiva, este artigo objetiva analisar, através de um estudo de caso, a vivência do/a docente homossexual, nas instituições de ensino, bem como averiguar

o comportamento das escolas quando a identidade homossexual é vivenciada por um/a professor/a, no ambiente escolar, e em decorrência disso, verificar se houve progressos nos espaços educacionais quanto ao debate da sexualidade, sobretudo da homossexualidade (mais estritamente falando). Como método de pesquisa, foram realizadas entrevistas com a professora Célia, graduada em filosofia e história e mestra em Educação. Dessa forma, analisou-se se nas devidas circunstâncias, a sexualidade da educadora se constitui como fator preponderante para disseminação de preconceitos e homofobia dentro das comunidades educacionais, que são, a princípio, espaços onde a diversidade e pluralidade, em teoria, deveriam ser experimentadas com liberdade.

UMA REFLEXÃO SOBRE O DIREITO DE SER HOMOSSEXUAL E PROFESSOR/A

Célia é uma professora que, há alguns anos, havia deixado o Estado da Bahia para se arriscar em terras pernambucanas. Longe da família e dos amigos, concluiu sua licenciatura e, posteriormente, como era seu grande desejo, assumiu algumas salas de aula. A professora só não esperava que, em dado momento de sua vida, enfrentaria preconceitos relacionados à sua orientação sexual. Através da entrevista, foi possível perceber que a docente em questão se debatia com as preocupações de como ajudar seus/suas alunos/as a desenvolverem uma autoestima positiva, como ensinar a amarem a si mesmos/as e se aceitarem diante dos padrões sociais de beleza, moralidade e inteligência pré-estabelecidos.

Em sua prática, a professora Célia se depara com um grande paradoxo. Para além da dificuldade de enfrentar uma sala de aula para a qual a academia não havia a preparado, existia algo ainda mais complexo: como falar de cidadania, autoestima positiva, a ser em detrimento do ter, se ela mesma não podia assumir a sua identidade, bem como vivenciar o que tinha de mais estruturante (uma vez que envolve todos os aspectos de sua vida, inclusive a profissional), que era a sua sexualidade?

Como o professor/a pode ser verdadeiramente cidadão/ã, se sua cidadania, seus direitos de expressão são reprimidos até mesmo no ambiente familiar e de trabalho?

Durante quase toda minha vida profissional eu precisei negar minha orientação sexual. A primeira escola na qual trabalhei em Recife, era de confissão evangélica. Logo de início, tive medo de abordar temas como orientação sexual, gênero, feminismo, etc. Então, muito sutilmente, o fazia através de outros temas, apenas os perpassando. Dessa forma, consegui permanecer lá, durante quase uma década, mas era sempre constrangedor ser a professora solteirona, que não tinha namorado, nem marido e nem filhos. A pergunta era sempre recorrente: "A senhora tão bonita... por quê?" Minha vida social era um enigma, invisível, quase inexistente. (CÉLIA)

Os/as alunos/as, normalmente, têm seus professores/as como referência. Que tipo de referência um/a educador/a que vive o que não é pode ser?

Sempre fui uma professora querida, mas muito introvertida e não permitia muita aproximação dos/as alunos/as e também de colegas de trabalho, com medo de

que meu segredo um dia fosse descoberto e eu perdesse não só admiração das pessoas, como o próprio emprego. (CÉLIA)

Há vinte anos, a orientação sexual podia ser um motivo mais do que suficiente para que um/a profissional de educação fosse demitido/a, bem como obstaculizado/a em sua carreira acadêmica, e foi o que aconteceu com a referida professora, mesmo não existindo queixa alguma contra ela:

Em 2003 lecionava em três escolas: como as demissões eram sempre tão constantes, os professores costumavam brincar, 'ter dois vínculos empregatícios é ter um, ter um é não ter nenhum'. Como eu era a única responsável pela minha sobrevivência econômica, trabalhava em três expedientes. Infelizmente, mesmo sendo pouco provável, fui demitida das três escolas no mesmo ano. Em nenhuma delas existiam queixas a respeito do meu trabalho e a Direção de uma das Instituições, inclusive, havia me perguntado se eu aceitaria uma coordenação de área. (CÉLIA)

Célia informa que à sua revelia, teve a vida sexual invadida, em um momento que até mesmo para ela, a homossexualidade se tratava de uma descoberta, ainda. No entanto, ao ser confrontada pela colega de trabalho, a docente não conseguiu reagir às acusações sofridas:

Tudo começou quando fui convidada para substituir uma professora que havia tirado licença em uma Instituição de referência, no Recife. Ao término de sua dispensa, os/as alunos/as não aceitaram o seu retorno e fizeram pedidos para que eu continuasse em seu lugar. Com raiva, essa professora espalhou para todos/as que eu era 'sapatão' e que teria me flagrado na cama com outra mulher. (CÉLIA)

A orientação sexual de Célia passou, dessa forma, a ser usada para impedi-la de continuar exercendo o cargo de professora. A educadora teve a sua vida íntima tão exposta, que a notícia de sua homossexualidade chegou aos/às gestores/as de todas as escolas em que a educadora lecionava:

Em outro espaço educacional, uma mãe, amiga dessa mesma docente, falou em plena reunião que não aceitava que uma 'sapatão' ensinasse seu filho. O resultado: Uma das escolas me demitiu, não pela minha suposta orientação sexual, mas pela relação ruim que mantive com essa mesma colega (nós duas fomos demitidas), a Instituição Religiosa alegou dificuldade financeira e o terceiro colégio, o qual havia me convidado para assumir uma coordenação, utilizou-se da mesma justificativa que o segundo. (CÉLIA)

Como se pôde perceber na narrativa da professora Célia, a homossexualidade tornou-se fator preponderante para que ela fosse afastada de sua função. Nessa perspectiva, embora os discursos utilizados pelas comunidades educacionais não deixassem explícita a causa de sua demissão, é possível perceber, através do termo pejorativo, "sapatão", utilizado por sua companheira de disciplina, bem como na reprodução dessa mesma palavra por uma mãe, em meio à reunião, que a homofobia se manifesta não apenas verbalmente, como na elocução realizada por ambas, mas também através do não-discurso, aderido pelas três escolas. Para Guacira Louro:

A escola é, sem dúvida, um dos espaços mais difíceis para que alguém "assuma" sua condição de homossexual ou bissexual. Com a suposição de que só pode haver um tipo de desejo sexual e que esse tipo – inato a todos – deve ter como alvo um indivíduo do sexo oposto, a escola nega e ignora a homossexualidade

(provavelmente nega porque ignora) e, desta forma, oferece poucas oportunidades para que adolescentes ou adultos assumam, sem culpa ou vergonha, seus desejos. O lugar do conhecimento mantém-se, com relação à sexualidade, o lugar do desconhecimento e da ignorância. (LOURO, 2000, p. 30)

A escola, na maioria das vezes, se mantém como um lugar de ignorância e preserva-se em silêncio, quase sempre, no que concerne ao debate sobre as diversidades sexuais (LOURO, 2000), é o que pode ser observado através da fala de Célia, não só pela falta de preparo (uma vez que as universidades pouco ou nada ensinam sobre isso), mas também pelo medo de sofrer pressão por parte de sua clientela: “Eu não quero que meu filho seja ensinado por um “sapatão” (mãe). Sendo assim, as instituições educacionais eximem-se de assumir um posicionamento político em relação ao fenômeno da homossexualidade e reproduzem inúmeras arbitrariedades, não somente contra os/as alunos/as homossexuais, mas contra professores/as também.

Nas instituições de ensino, os/as professores/as homossexuais continuam no anonimato, porque ainda prevalece a ideia de que a heteronormatividade seja, o que costumamos denominar, comportamento “natural”: “Durante quase toda minha vida profissional eu precisei negar minha orientação sexual” (Célia). A forma como as escolas silenciam, particularmente, esses/as docentes, segundo o olhar de Deborah Britzman (1996), insistindo para que permaneçam no “armário”, nada mais é do que a disseminação de ódio e a promoção do mito heteronormativo sob o pretexto de que a sexualidade deva ser privatizada.

Há um senso comum que paira sobre a forma como as relações de trabalho são encaradas socialmente. É quase uníssono o olhar lançado por esse corpo coletivo, de que deva existir a fragmentação entre o profissional e o ser humano. Para Marlene Faleiro (2000), separar o homem/mulher do seu processo de trabalho é uma forma que o capitalismo mantém para descartar o desconhecido ou toda diversidade que um indivíduo possa carregar consigo, na tentativa de se homogeneizar as identidades sociais.

Mais do que separar profissão e humanidade, o capitalismo, ainda de acordo com a autora, conquista defensores de seus ideais. O resultado disso, por exemplo, é que uma pesquisa realizada por Neil Franco de Carvalho (2015) apontou que entre os membros das instituições educacionais, a crença de que professores/as homossexuais não devam expor sua sexualidade em sala de aula foi, praticamente, unânime.

Embora os discursos sobre inclusão, diversidade, empoderamento estejam ganhando cada vez mais espaços na mídia, ainda que haja uma verdadeira patrulha dos direitos humanos, as instituições de ensino, na mais miúda iminência de se confrontarem com a homossexualidade, mais especificamente a do/a professor/a, recuam aos valores religiosos (Nóvoa, 1991) que fizeram (e ainda fazem) parte do seu histórico hierático e reitera a separação entre o público e o privado nos moldes capitalistas, como se a sexualidade não fosse construída por um conjunto de ações

definidas e não estivesse associada, inclusive, a direitos civis, política e capital cultural. Conforme Britzman:

Nenhuma identidade sexual – mesmo a mais normativa – é automática, autêntica, facilmente assumida; Nenhuma identidade sexual existe sem negociação ou construção. Não existe, de um lado, uma identidade heterossexual lá fora, pronta, acabada, esperando para ser assumida e, de outro lado, uma identidade homossexual instável, que deve se virar sozinha. Em vez disso, toda identidade sexual é um construto instável, mutável e volátil, uma relação social contraditória e não finalizada. (BRITZMAN, 1996, p. 74)

É relevante também afirmar que a sexualidade não deve ser reduzida às vivências íntimas. Sob a justificativa de que essa, precisa permanecer nos espaços privados, a escola silencia, quase que exclusivamente, o/a professor/a homossexual, visto que a heterossexualidade, nesse sentido, permanece como modelo padrão e aceitável moralmente, na mesma medida em que a homossexualidade é lançada para o campo da perversão:

Também existe a possibilidade do relacionar o falar da vivência sexual como um “escancarar” ou uma descrição da forma como uma pessoa pratica o ato sexual. Esse estigma, amparado por construções religiosas e morais, conecta-se imediatamente à vivência homossexual que arranca a sexualidade do campo da reprodução, conduzindo-a ao campo da perversidade. (FRANCO, 2015, p.9)

Não se pode deixar de observar, que subjaz ao discurso de insistir que a homossexualidade se limite aos espaços privados, o medo de que ao se assumir homossexual, o/a professor/a esteja influenciando alunos/as a se expressarem da mesma forma, isso invisibiliza a presença de pessoas homossexuais para além dos muros das escolas. Segundo Britzman (1996), tais pensamentos estão equivocados e reproduzem o mito de que silenciar a respeito da homossexualidade trata-se de uma atitude inócua.

McQuarrie (1988) chama atenção para homofobia no ambiente profissional. De modo geral, esse espaços são omissos no debate sobre a homossexualidade, em primeiro lugar, porque a orientação sexual pode não ser um fenômeno visível ou explícito assim como a cor da pele ou deficiência física, por exemplo, posto que a princípio, o/a professor/a homossexual não possui, muitas vezes, características óbvias que o/a revele, assim sendo, é preferível criar-se um tabu em relação à identidade homossexual no âmbito das organizações educacionais, as quais em sua maioria, ostentam uma caráter ainda conservador e portanto, heteronormativo, quando deveria, segundo Tedesco (1999), serem ressignificadas como um lugar de criação, inovação e resistência.

Nesse sentido, Louro (1997) aponta que para o campo educacional, a afirmação dos grupos homossexuais é profundamente perturbadora, uma vez que não há referências ou tradições para lidar com os desafios que a homossexualidade pode trazer. Portanto, a escola efetivamente vai ficando à margem dos debates acerca de gênero, identidade sexual e sexualidade, por entender que tais questões devam seguir privatizadas. Sob a justificativa de que são temáticas difíceis de serem abordadas,

as instituições atestam seu despreparo para lidarem com novos (e também velhos) fenômenos, reproduzindo padrões sociais e perpetuando valores heteronormativos.

É nesse sentido, que com muita preocupação, Hannah Arendt (2009) constata o perigo decorrente de se enxergar o mundo por uma única perspectiva, pois para a autora, dessa forma, há o risco iminente de que ele seja aniquilado, uma vez que homens e mulheres tornam-se privados/as de verem ou ouvirem o/a outro/a, bem como de serem vistos/as e ouvidos/as também. Logo, incorrem na ameaça de serem ocultados/as e tornarem-se anônimos/as.

Como consequência do processo de invisibilização da identidade, mais especificamente, a homossexual, Martin e Hetrick (1988) sugerem três tipos de isolamento, aos quais são condenados os (as) professores/as gays: 1. Isolamento cognitivo; 2. Isolamento social e 3. Isolamento emocional. É nessa perspectiva que Celso Lafer (1988) relembra que, para Arendt, “todo totalitarismo se baseia na solidão”, assim sendo, aponta a diversidade como um ingrediente constitutivo da condição humana, que deve ser respeitada e tutelada pelo Estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora o artigo narre a experiência de uma única professora, tal fato está longe de não representar a vivência de tantos outros/as docentes. Basta uma pequena conversa informal com educadores/as para perceber que convivem diariamente com o medo de retaliações em seus ambientes de trabalho. Isso ocorre porque ainda permanece o paradigma de que seja inaceitável a ideia de vivenciar a sexualidade de outras formas, livremente, da maneira que convier a cada um/a. Não se admite, na maioria das escolas, que a sexualidade seja, como escreveu Foucault, “um dispositivo histórico” (1999).

Nas escolas, permanecem valores heteronormativos, por mais que a homossexualidade esteja presente na vida de alunos/as e professores/as, estamos sempre prontos a acreditar, ainda que veladamente, que há, nos homossexuais, algum erro. Dessa forma, a discriminação enfrentada pelos/as docentes gays é reflexo de que a homoafetividade ainda é tratada como anormalidade.

Ao longo do tempo, a escola, de modo geral, pouco progride quanto à querela da sexualidade, uma vez que ainda reproduz um lugar-comum ao debatê-la, oprimindo as diversas manifestações sexuais. Permanece nela, portanto, a ideia de que o/a docente deva cumprir seu papel, limitando-se apenas a sua função, que segundo uma visão mais rasa, é ensinar, instruir e facilitar conhecimento; insiste no equívoco de que falar sobre sexualidade é deixar de ser uma instituição que deve favorecer o ensino e a aprendizagem e agarra-se à imagem do/a professor/a assexuado/a, oprimindo constantemente a sexualidade do/a docente.

Não permitindo que o/a professor/a assuma sua sexualidade, as instituições de ensino cristalizam preconceitos, reproduzem comportamentos baseados no

binarismo e perpetuam padrões rígidos (e inalcançáveis). A escola nega ao/à aluno/a o pensamento crítico, o questionamento de estereótipos e limita seu entendimento sobre as inúmeras possibilidades de se saber homem ou mulher. Assim sendo, o/a docente que poderia ser um/a grande facilitador/a de práticas mais humanas torna-se, pois, uma vítima silenciada com medo de possíveis retaliações, como foi o caso da professora Célia.

Ademais, fica clara a necessidade de uma educação sexual e científica, que aborde as diversas formas de vivenciar a sexualidade, em todos os níveis escolares, pois é dever da escola promover a livre orientação sexual, baseada na própria diversidade humana, incluindo o direito à igualdade e o respeito às diferenças, a fim de que possa efetivamente colaborar com uma sociedade radicalmente democrática. Isso posto, fica evidente que as relações sociais necessitam passar por um processo de (re) educação, uma vez que a perspectiva que se tem sobre a homossexualidade foi criada sob a ótica da hegemonia heteronormativa.

REFERÊNCIAS

ARENDRT, H. **Sobre a violência**. Trad. André Duarte. Rio de Janeiro: Civilização, 2009.

BRITZMAN, D. P. O que é esta coisa chamada amor: Identidade homossexual, educação e currículo. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 21, n. 1, p. 71-96, jan./jun. 1996.

FALEIRO, M. O. L. Os conceitos de público e privado e suas implicações na organização escolar: In: Pimenta, Selma Garrido. (Org.). **Saberes pedagógicos e atividade docente**. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2000.

FOUCAULT, M. (1999) **Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão**. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes.

_____(1988). **História da sexualidade: vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza de Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 16. Ed. Rio de Janeiro: Edições Graal.

FRANCO, N. **Olhares sobre a sexualidade do/a docente homossexual na escola**. Revista Periódicus. 2. ed. abr 2015.

GENTILI, P. A. Mcdonaldização da escola: a propósito de “consumindo o outro”. In: COSTA, Mariza Vorraber (org.). *Educação básica na virada do século: cultura, política e educação*. 2º ed. São Paulo: Cortez, p. 45-60, 2000.

GIL, A. C.. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUIRADO, Marlene. Sexualidade, isto é intimidade: redefinindo limites e alcances para a escola. In: AQUINO, Júlio Groppa (Org.). *Sexualidade na escola: alternativas e atividade docente*. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2000. P. 151-176.

LAFER, Celso. **A reconstrução dos direitos humanos**. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 1988.

LIMA, F. A. R. O princípio da dignidade da pessoa humana nas constituições do Brasil. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11138>.

Acesso em: 12 jul. 2017.

LOURO, G. L. **Currículo, gênero e sexualidade**. Porto Alegre: Porto, 2000.

_____(1997) **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 5. Ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes.

MARTIN, A. D. and HETRICK, E. **The Stigmatization of the Gay and Lesbian Adolescent**. *Journal of Homosexuality* 15 (1-2): 163-183. 1988.

McQUARRIE, F. A E. Expanding the concept of diversity: discussing sexual orientation in the management classroom. *Journal of Management Education*. v. 22, n 2, p. 162-173, 1998.

MINAYO, M. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 23 Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

MOSÉ, Viviane. **A escola e os desafios contemporâneos**. Rio de Janeiro: José Olympio Ltda, 2013.

NÓVOA, Antônio. O passado e o presente dos professores. In: _____.(Org).**Profissão professor**. Trad. Irene Lima Mendes, Regina Correa e Luisa Santos Gil. Porto Codex: Porto, 1991.

ROBERT, K Yin. **Estudo de Caso: Planejamento e métodos**. 5ª edição. Porto Alegre: Bookman Editora LTDA: 2015.

TEDESCO, João Carlos. **Paradigmas do Cotidiano: introdução à constituição e um campo de análise social**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999.

VIANNA, C. P. O Sexo e o Gênero da Docência. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n17-18/n17a03>>. Acesso em: 12 jul. 2017.

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-7247-049-0



9 788572 470490